

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSE
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Zé Reinaldo
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalser Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Zé Reinaldo

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Zé Reinaldo

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Cabral

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalser Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Erci de Moraes
Deputado Coronel Chagas

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Joaquim Ruiz
Suplentes:
1º - Deputado George Melo
2º - Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalser Renier
Deputado George Melo
Deputado Jean Frank
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Marcelo Natanael
Deputada Ângela Águia Portella

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado George Melo
Deputado Erci de Moraes
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Remídio Monai

SUMÁRIO

Atos Administrativos

Resoluções 238 e 239/2014 - DGP 02
 Resoluções de Afastamentos nº 471 a 472/2014 02

Atos Legislativos

Projeto de Lei nº 043/2014 02
 Resolução da Mesa nº 035/2014 03
 Ata da 2327ª Sessão Ordinária - Íntegra 03
 Ata da 2328ª Sessão Ordinária - Íntegra 05
 Ata de Instalação da Comissão Especial Externa - Resolução nº 024/14 08

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
 Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
Gerente de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA
Diagramação

MATERIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS**DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS****RESOLUÇÃO Nº 238/2014-DGP**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

Art. 1º O Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL terá a sua remuneração equiparada ao cargo de Diretor constante no anexo I da resolução nº 09/2011, conforme resolução legislativa nº 04/2014, art. 34 F, parágrafo único.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 19/05/2014.

Palácio Antônio Martins, 22 de Julho de 2014.

Deputado Francisco de Sales Guerra Neto

Presidente

Deputado Jalser Renier Padilha

1º Secretário

Deputado Remídio Monai Montessi

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 239/2014-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º **CONCEDER** à servidora **ELANI CRISTINA SILVA RODRIGUES**, matrícula 011377, 180 (cento e oitenta) dias consecutivos de **licença maternidade** a partir de 18/06/2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir da data supra mencionada.

Palácio Antonio Martins, 22 de Julho de 2014.

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMIDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTOS**RESOLUÇÃO Nº 471/2014**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

ALTERAR a Resolução nº 455/2014, de 16/07/2014, do Excelentíssimo Senhor Deputado **JOAQUIM DE FREITAS RUIZ**, publicada no Diário da Assembleia, Edição nº 1857, de 17/07/2014, cujo afastamento para a cidade de Itacoatiara - AM ocorrerá no dia 22.07.2014, retornando dia 27.07.2014, conforme MEMO/GAB/JOAQUIM RUIZ-029/2014, datado de 21 de Julho do ano em curso.

Palácio Antônio Martins, 22 de julho de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 472/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **CLAUDIO DA SILVA BRANDÃO**, Matrícula 014216 e **ADVALDO VEIGA AGUIAR** Matrícula 013266 para viajarem com destino aos Municípios de São João da Baliza, Caroebe e Rorainópolis, no período de 25.07 a 29.07.2014, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às suas atribuições funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 22 de julho de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

ATOS LEGISLATIVOS**PROJETO DE LEI****GABINETE DO DEPUTADO JOAQUIM RUIZ****PROJETO DE LEI Nº 043/2014.**

Proíbe a cobrança de valores adicionais ou sobretaxas para matrícula ou mensalidade de estudantes portadores de Síndrome de Down, Autismo, Transtorno Invasivo do desenvolvimento ou outras Síndromes, nas instituições de ensino públicas ou privadas e das outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibida a cobrança de taxa de reserva, sobretaxa ou quaisquer valores adicionais para matrícula, renovação de matrícula ou mensalidade de estudantes portadores de Síndrome de Down, Autismo, Transtorno Invasivo do Desenvolvimento ou outras Síndromes, com vistas a garantir o ingresso ou permanência do estudante em instituições de ensino pública ou privada.

Parágrafo único. A aplicação desta Lei visa disseminar a igualdade social e a inclusão do estudante na sociedade, sobretudo por intermédio das instituições de ensino, evitando-se, assim, preconceitos.

Art. 2º As instituições de ensino públicas devem estar preparadas para receber o aluno especial, dispondo de corpo docente qualificado para tal, com vistas a atender todas as necessidades do aluno especial, sem que isso implique gastos extras para o aluno especial.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 17 de julho de 2014.

JOAQUIM RUIZ

Deputado Estadual

RESOLUÇÃO DA MESA
RESOLUÇÃO Nº 035/2014

Cria a Comissão de Representação e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 46 c/c art. 23, VI, “j” do Regimento Interno, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica criada a Comissão de Representação da Assembleia Legislativa para o período de 16 a 31 de julho de 2014, composta pelos seguintes Parlamentares:

- Francisco de Sales Guerra Neto – Presidente;
- Aurelina Medeiros;
- Erci de Moraes;
- Flamarion Portella.
- Gabriel Picanço;
- George Melo;
- Ionilson Sampaio;
- Mecias de Jesus; e
- Zé Reinaldo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Antônio Martins, 15 de julho de 2014.

Dep. **CORONEL CHAGAS**

2º Vice-Presidente

Dep. **CHICÃO DA SILVEIRA**

3º Vice-Presidente

Dep. **REMÍDIO MONAI**

2º Secretário

ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

ATA DA 2327ª SESSÃO, EM 10 DE JULHO DE 2014.
47º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA

Às nove horas do dia dez de julho de dois mil e quatorze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima trecentésima vigésima sétima Sessão Ordinária do quadragésimo sétimo período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Convido o Senhor Deputado **Brito Bezerra** para atuar como Segundo Secretário *Ad hoc*.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (**Remídio Monai**) – Senhor Presidente, há quórum para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Brito Bezerra**) – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Coloco em discussão a Ata da sessão anterior.

Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Remídio Monai**) – O Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Memo. nº 022/2014, de 08/07/2014, do Senhor Deputado Flamarion Portella, justificando sua ausência na sessão plenária no dia 10/07/2014.

DIVERSOS:

Ofício nº 047/2014, de 30/06/2014, da Caixa Econômica Federal, notificando liberação de recursos financeiros em 30/06/2014.

Era o que constava do expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Remídio Monai**) – Senhor Presidente, não há oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Não havendo

oradores inscritos, passamos para a Ordem do Dia: Discussão e Votação, turno único, do Projeto de Lei nº 026/14, “Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2015, e dá outras providências”, de autoria governamental; Projeto de Lei nº 033/14, “altera dispositivo da Lei nº 390, de 14 de agosto de 2003, que dispõe sobre a remuneração e participação nos Conselhos de Deliberação Coletiva da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado de Roraima”, de autoria governamental; Projeto de Lei nº 035/14, altera dispositivos e anexos da Lei nº 153, de 01 de outubro de 1996, e suas alterações, e dá outras providências, de autoria do Ministério Público (regime de urgência); Mensagem Governamental de Veto nº 045/14, veto parcial ao Projeto de Lei nº 017/14, que “Institui a Semana de Promoção e Prevenção em Saúde do Trabalhador e o Dia Estadual em Memória às Vítimas de Acidentes e Agravos relacionados ao Trabalho”, de autoria governamental; Projeto de Lei nº 035/14, altera dispositivos e anexos da Lei nº 153, de 01 de outubro de 1996, e suas alterações, e dá outras providências, de autoria do Ministério Público (regime de urgência); Mensagem Governamental de Veto nº 045/14, Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 017/14, que “Institui a Semana de Promoção e Prevenção em Saúde do Trabalhador e o Dia Estadual em Memória às Vítimas de Acidentes e Agravos Relacionados ao Trabalho”; de autoria governamental. Discussão e Votação em primeiro turno Projeto de Lei Complementar nº 011/14, “Dispõe sobre nova redação e revogação de artigos da Lei Complementar Estadual nº 221/2014, Código de Organização Judiciária do Estado de Roraima - COJERR, de autoria do Tribunal de Justiça; Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 004/2014 que “Acresce dispositivos normativos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da Constituição do Estado de Roraima”. proposta de Emenda à Constituição nº 008/2013 que “Acresce o art. 27-A E §§ 1º E 2º ao texto da Constituição do Estado de Roraima”. (carga horária de trabalho ao acompanhante de pessoas com necessidades especiais, ou idoso), de autoria do dep. Chico Guerra e vários Deputados.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que as comissões possam analisar as matérias.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente Deputado (**Chico Guerra**) – Havendo quórum regimental, dou por reaberta a Sessão.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** pede uma Questão de Ordem – Senhor Presidente, solicito que seja prorrogada a Sessão pelo tempo regimental.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Acato o Requerimento verbal de Vossa Excelência, estando a Sessão prorrogada pelo tempo regimental.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 004/2014, bem como, do parecer das comissões em conjunto.

O Senhor Primeiro (**Marcelo Cabral**) – (Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 004/2014, bem como do Parecer das comissões em conjunto).

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Coloco em votação a matéria. Votando sim, os Senhores Deputados estarão aprovando a matéria e votando não, estarão rejeitando-a. Informo aos Senhores Deputados que a matéria necessita de 15 votos para a sua aprovação. A Votação será nominal.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** pede Justificativa de voto – Quero declinar o meu voto pela aprovação da matéria, pois na condição de presidente da comissão, analisei essa PEC 004 e a aprovamos na comissão. Portanto, voto sim.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede Justificativa de Voto – Senhor Presidente, gostaria de orientar a oposição para que vote sim, para a aprovação da PEC 004. Quero também esclarecer aos nobres Deputados e a todos os presentes que a oposição tinha uma emenda à PEC para que a mesma fosse regulamentada em 90 dias, ou seja, antes das eleições. Mas, foi acordado aqui, que a emenda não seria inserida no texto para não prejudicar a votação da matéria. Portanto, declinamos da emenda. E o nosso voto é pela aprovação da PEC 004.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Senhores Deputados para votação.

Votando “sim”, os Senhores Deputados estarão aprovando a PEC e “não”, estarão rejeitando a PEC.

A matéria para ser aprovada, necessita de 15 votos favoráveis.

O Senhor Primeiro Secretário (**Marcelo Cabral**) – Proceda à chamada.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** pede justificativa de voto – Senhor Presidente, pela inconstitucionalidade da matéria, eu me abstenho de votar.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** pede justificativa de voto – Senhor Presidente, eu acho que este é o momento importante para o Estado de Roraima, é um momento ímpar, é um momento em que todos têm a oportunidade de corrigir uma injustiça, cometida lá atrás. Uma injustiça social, e eu mesmo sendo da base do Governo, com a minha posição firme, honesta, jamais poderia abrir mão de votar pela aprovação dessa PEC. Sofri muito aqui para que eu desistisse disso. Se nós ganharmos, vai ser uma vitória do povo de Roraima, mas se nós perdermos, perderemos com dignidade, com honestidade. Meu voto é sim.

O senhor Primeiro Secretário (**Marcelo Cabral**) – Senhor Presidente, 06 votos favoráveis, 05 contrários, e 04 abstenções.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Declaro prejudicada e rejeitada a matéria por 06 votos favoráveis, 05 contrários, e 04 abstenções.

Suspendo a Sessão para que a reunião da Comissão do Deputado **Zé Reinaldo** possa continuar.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Convido o Senhor Deputado Soldado Sampaio para atuar como Primeiro Secretário.

Solicito ao senhor Primeiro Secretário que proceda a verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (**Soldado Sampaio**) – Senhor Presidente, não há quórum.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Não havendo quórum para deliberar as matérias, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, no expediente de Explicações Pessoais quero esclarecer à liderança do movimento rural, aqui presente, conforme acordo entre a oposição e a situação, que a Lei das Terras estará em pauta na Sessão de terça-feira, e que as emendas sugeridas pelo agronegócio ou pela agricultura familiar fossem apresentadas em plenário. Então, desde já, em nome do líder da oposição, Deputado Brito Bezerra, estamos nos colocando à disposição para receber as emendas que possam vir em torno da Lei das Terras, tanto do agronegócio como da agricultura familiar. O gabinete da oposição estará de portas abertas durante o dia de amanhã e segunda-feira, assim como o nosso gabinete. Dirijo um apelo, Senhor Presidente, ao líder do governo, Mesa Diretora que possamos encontrar um consenso em torno da lei em favor desses servidores que aqui se encontram. Quanto à Lei 036, infelizmente, nós temos vivenciado, na atual gestão, uma política salarial equivocada dos servidores públicos, a ponto de colocarmos um servidor contra o outro. Isso é falta de habilidade, de respeito para com os servidores públicos. Então, nós entendemos que é um direito das duas categorias que estão aqui, e que há sim recursos Deputado Brito, para atender, até porque estamos tratando de uma lei que vai vigorar a partir de 2015.

Então, reitero um apelo à Mesa, à bancada governista para buscar esse consenso para votarmos essa lei na terça-feira, que agrade os dois segmentos, que aqui se encontram. Obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Senhor Presidente, o meu apelo aos colegas de oposição e situação sobre a Lei 036. Eu não voto a LDO, vou fazer obstrução, aqui, se não encontrar uma solução, para resolver o problema da Lei 036. Peço apoio de todos vocês, pois se nós votarmos a LDO, praticamente, somos obrigados regimentalmente a entrar em recesso.

Então, que a Casa vote primeiro para resolver a situação desses técnicos que estão aí negociando com o governo por vários meses, que a gente encontre uma solução antes de votar a LDO.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, no mesmo sentido do nobre colega Deputado Soldado Sampaio, acordamos hoje, quando foi votado na comissão, que nós iríamos abrir espaço para apresentar emendas de plenário com o tempo necessário para discussão do agronegócio e da agricultura familiar.

Portanto, terça-feira nós teremos a oportunidade de receber as emendas desses dois segmentos.

E quanto aos servidores da Lei 036, que aqui estão lutando há mais de dois anos pela sua aprovação, inclusive se dispondo com ex-governador José de Anchieta, se dispondo com o atual governador numa tremenda luta com greve. Está com o projeto de lei pronto. Vossa Excelência tem o tempo hábil para procurar o Governador do Estado junto com o Presidente desta Casa e Mesa Diretora para trazer para esta Casa de maneira definitiva uma proposta que possa atender em especial os servidores que pleiteiam aprovação da 036. Propõe-se, também, que Vossa Excelência com sua habilidade de Presidente da Casa e Presidente da Comissão de Justiça, e líder do governo, busque uma maneira de contemplar ou em outra lei e que pode vir nesse mesmo tempo para contemplar os servidores, através da Lei 036. Enfim, buscar uma maneira de contemplar os dois, e se não der para contemplar os dois, paciências. A 036 já está na frente para votarmos

e aprovarmos. Obrigado.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Senhor Presidente, na linha de raciocínio do Deputado Joaquim Ruiz, me proponho a não votar a LDO, enquanto não for resolvido o problema desse pessoal que está há mais de um mês reivindicando e negociando. Obrigado.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, este projeto é fruto de ampla negociação da categoria dos engenheiros, técnicos, há mais de ano. Foi amplamente negociada a busca de recurso necessário para isso. Diversas reuniões inclusive, eu tive a oportunidade de participar. A minha preocupação que peso muito pela constitucionalidade no que se vota aqui, assim como foi seu posicionamento na PEC 04, nós não podemos aumentar despesas para o executivo. Eu entendo a ansiedade, demanda das demais categorias que querem entrar nesse projeto. Entretanto há um risco muito grande, se apresentarmos essas Emendas com intuito de torná-lo inconstitucional e ser vetado, aí todo esse processo, todo o trabalho dessa categoria, que fez até greve, pode cair por terra. Eu tomei um posicionamento, embora não faço parte da Comissão, de fazer parte da Comissão, de votar o texto original, isso vai gerar um precedente para as demais categorias para negociar com o governo para buscar também o projeto que os coloque em igualdade de condições. Acho que temos que evoluir nesse aspecto, prezar pelo texto original e votarmos. Obrigado.

O Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** – Senhor Presidente, desde a manhã que a gente tenta votar esse projeto, tenta fazer acordo de todas as naturezas. É importante não perdermos a clareza sobre algumas coisas quando alguns tentam se apropriar do discurso. Quero deixar claro. É óbvio que o governador do Estado quer a aprovação do projeto, afinal de contas foi compromisso e por determinação do senhor governador que esse projeto chegou nesta Casa, ele é o autor da lei. Ele entendeu e foi sensível à causa, assinou na semana retrasada e enviou a mensagem desse projeto para esta Casa. Eu entendo o lado dos contadores, administradores. Nós temos uma minuta de projeto de Lei PCCR que faz uma revisão geral das carreiras do estado, tramitando na Casa Civil, mas não pode ser enviada a esta Casa, neste momento, por estarmos no período eleitoral, quando se torna muito suscetível a demagogias e promessas, porém nós não estamos aqui pra fazer isso, e nem ilegalidade em virtude do processo eleitoral. As soluções legais devem ser encaminhadas, as ilegais devem ser evitadas. Espero que na terça-feira, ou a gente tenha um acordo que inclua todos dentro da legalidade ou tenha consciência de votar a lei como ela foi enviada para esta Casa.

O Senhor Deputado **Zé Reinaldo** – Senhor Presidente, quero tecer alguns comentários a respeito do que foi dito aqui sobre este projeto de lei, encaminhado pelo Governo do Estado. O artigo 62 da Constituição diz: a contribuição do Chefe do executivo é encaminhar projetos de leis e que dentro da sua condição de chegar a esta Casa, serem apreciados pelos Senhores Deputados desta Casa e serem aprovados ou não de acordo com a consciência de cada um. Ocorre que, aproveitando desse momento para colocar alguns comentários indevidos. Tipo: esses servidores que lutam há mais de um ano, outros já com mais de dois anos, buscando seus direitos. Eu até ouvi no meu gabinete que alguns estão se indispondo com ex-governo, ou atual governo, com o atual não estão se indispondo, porque, com quem o governo acordou, mandou a mensagem para esta Casa, enquanto, lá atrás, eu não era líder do governo, não sei como os servidores se entenderam com ele. Quero saber como estão se entendendo agora. Portanto, estou aqui na condição de defender o governo, pois não há por parte dos que já foram contemplados nenhum descontentamento, porque a mensagem está na Casa, como também é atribuição do poder legislativo e dos Deputados apresentarem emendas ao texto original. Ocorre que, a presidência da Comissão, ao conceder vista foi justamente na preocupação de não permitir, caso não chegarmos, conforme disse o Deputado Rodrigo Jucá e o Deputado Joaquim. Eu, como líder do governo, a LDO não será votada enquanto não resolvermos o projeto de lei 036. Agora o que nós queremos é conversar com o governador, mostrar as emendas que foram apresentadas ao projeto, e se as emendas que forem apresentadas não estiverem de acordo com a lei inicial, vamos terminar complicando o projeto de lei, obrigando o governo a vetar. Mas estamos querendo é impedir, como dizia Rui Barbosa, “a menor distância entre dois pontos é uma reta”. Se nós perfizermos uma curva vamos impedir que esse projeto seja aprovado. Vamos tentar de todas as maneiras para que todos saiam da melhor medida do possível atendidos. É o nosso propósito, é essa nossa posição, como líder do governo, da bancada da maioria, porque todos querem concretizados seus direitos adquiridos. Esta Casa é do povo, é onde eles têm que vir, é aqui que eles têm, acima de tudo, buscar seus direitos, portanto é esse nosso posicionamento. Obrigado.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Vossas Excelências deveriam ter mais um pouco de educação que estou tentando ajudar vocês com meu raciocínio, se vocês falam em justiça, vocês deveriam ser coerentes. Eu sou um dos Deputados que mais zelo pela

constitucionalidade das matérias, eu não votei a PEC 04 porque era inconstitucional. Eu jamais iria fazer emendas ao projeto de lei de vocês se fosse para prejudicar, jamais faria isso. Agora, vou dizer a vocês aqui só vota se for feita justiça, se for de forma isonômica aos contadores, administradores, aí sim, estaremos fazendo justiça.

Não havendo nenhum Deputado que queira fazer uso de Explicações Pessoais e não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a Sessão e convoco outra para o dia 14 à hora regimental.

Registraram presença, na Sessão, os Senhores Deputados: **Ângela Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Erci de Moraes, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Soldado Sampaio e Zé Reinaldo.**

Ata Sucinta Aprovada em: 15/07/2014

ATA DA 2328ª SESSÃO, EM 15 DE JULHO DE 2014.

47º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICÃO DA SILVEIRA (Em exercício)

As nove horas do dia quinze de julho de dois mil e quatorze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima trecentésima vigésima oitava Sessão Ordinária do quadragésimo sétimo período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**)—Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (**Coronel Chagas**) – Senhor Presidente, há quórum para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**)—Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Naldo da Loteria**) – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Coloco em discussão a Ata da sessão anterior.

Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Coronel Chagas**)—O Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Memo. nº 022/2014, de 08/07/2014, do Senhor Deputado Flamarion Portella, justificando sua ausência na sessão plenária no dia 10/07/2014.

DIVERSOS:

Ofício nº 047/2014, de 30/06/2014, da Caixa Econômica Federal, notificando liberação de recursos financeiros em 30/06/2014.

Era o que constava do expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Solicito ao Senhor primeiro Secretário que proceda a chamada dos oradores inscritos para o grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Remídio Monai**) -Senhor Presidente, não há oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, bom dia! Bom dia a todos os servidores públicos aqui no Plenário, representantes do Sul do Estado, Vereadores, sejam todos bem vindos a esta Sessão no dia de hoje. Senhor Presidente, a minha fala hoje perdeu um pouco do objetivo, mas pela pouca experiência que temos nesta Casa, quero fazer questão de deixar claro de qual era a minha preocupação no dia de hoje, que era, exatamente, a Lei de Zoneamento Econômico Ecológico do estado de Roraima. Foi noticiado na mídia local e foi colocada na última Sessão Extraordinária que hoje estaria na Ordem do Dia essa votação. Ficamos felizes, agora, após um entendimento das bases de oposição e situação, pois, após todos os contratempos que houve na tramitação da Lei na Casa, as Comissões Especiais que foram criadas mas não avançaram, a CCJ que não discutiu ainda, o voto do relator, chegamos a um entendimento que será criada a uma Comissão Especial que irá discutir nesta Casa, junto com a sociedade, essa Lei que é de grande relevância para o Estado de Roraima. Então, isso me tranqüiliza, pois abre uma oportunidade para as pessoas se manifestarem sobre o zoneamento, haja vista que já houve

uma discussão por parte do executivo. O Executivo fez várias audiências na capital e no interior, em todas as regiões do Estado de Roraima, boa parte das sugestões feitas pela sociedade, foram absolvidas e outras não. Agora, isso não isenta, de forma alguma, pelo contrário, desta Casa fazer a sua discussão. O Executivo fez a parte dele, até para atender a questão legal, atender o que colocava na proposta de construção do zoneamento que passaria por uma construção através de Audiências Públicas. Cabe ao Legislativo que é a Casa do povo, fazer o mesmo, aliás, essa é a função essencial desta Casa, ouvir a sociedade roraimense. Então, desde pela manhã em que chegamos na Sessão, o Deputado Brito, Aurelina, Erci de Moraes, Flamarion e tantos outros, vemos causando uma discussão entre as bancadas de como encaminhar a discussão e aprovação do ZE. Aí, hoje, o acordo que está sendo feito neste momento, é a construção de uma Comissão Especial. Essa Comissão fará uma discussão ampla e votaremos o ZE após o recesso, isso é o que está sendo colocado. Estou falando isso, Deputado isso, porque diferentemente da Lei das Terras que houve uma discussão, pelo Executivo... Está de parabéns o executivo, está de parabéns o relator da proposta, Deputado Ionilson Sampaio, que fez um esforço tremendo para acompanhar essa discussão dentro do Executivo e quando chegou nesta Casa, nós temos o dever de fazer uma discussão ampla também. Aí reunimos a Comissão Especial, votamos e ficou acordado naquele dia que tanto o agronegócio como a agricultura familiar trariam sugestões e que as emendas seriam apresentadas no dia de hoje, na Sessão ordinária. Quando fomos surpreendidos, uma convocação extraordinária foi cotada na sexta-feira, a Lei das Terras. Ficou aí o agronegócio, a agricultura familiar que já tinham dado a sua contribuição lá no executivo e uma ou outra demanda, que não foram contempladas, eles queriam trazer para o Legislativo. Mas aí, o acordado não foi cumprido e fomos surpreendidos, na última sexta-feira, com a votação da Lei das Terras. Votei favorável, pois identifiquei na Lei das Terras vários ganhos. Nem se compara a Lei que foi votada com aquela que veio para cá dias atrás, houve muitos avanços construídos a quatro mãos, com o movimento, com a agricultura, com o agronegócio, com o Executivo com a participação do Legislativo, mas muita coisa ainda precisa ser melhorado. Esse era o nosso intuito, é tal que a oposição não pediu vistas na comissão especial, para no dia der hoje ser votado e o próprio relator Deputado Ionilson Sampaio foi pego de surpresa também, inclusive falou com todas as letras no jornal Folha de Boa Vista que estava em Bonfim, quando foi convidado e veio as pressas para votar a lei das terras, mas já são águas assadas, agora, tão relevante ou até mais do que a lei das terras é o zoneamento e aí eu quero usar a tribuna no dia de hoje para deixar à sociedade, aos vereadores aqui presentes, os prefeitos do sul do Estado que o acordo firmado hoje, está aqui o deputado Brito líder da oposição, que é será construído uma comissão especial, compostas pelos Deputados Aurelina, Erci, Mecias, Soldado, Brito, Naldo e Zé Reinaldo, esses serão os membros que irão compor a Comissão Especial que vai analisar a Lei das Terras, e quero desde já pedir aos colegas Parlamentares, à Mesa Diretora desta Casa para que não votemos em Sessão Ordinária, e muito menos em Sessão Extraordinária o ZEE sem a devida discussão, e aí pelo pouco que vivenciamos aqui, sabemos que quando o governo quer, às vezes votar leis a toque de caixa, sem a devida discussão. Isso já foi feito em vários casos, leis, que depois essa casa teve que voltar atrás porque tinha cometido equívocos por não ter feito a discussão. A minha preocupação hoje é deixar claro à sociedade, às pessoas que estão presentes aqui, em especial os vereadores e prefeitos que vieram do sul do Estado, andaram quase 400 quilômetros para acompanhar essa preocupação, de correr esses riscos, de votar o ZEE, sem a devida discussão. Até porque tem muitas coisas aqui que precisa ser ajustada.

Então, fica aqui o nosso registro, de antemão arrancar o compromisso desses Deputados aqui presentes, da Mesa Diretora, da bancada governista de não aceitarmos votar essa ZEE sem promover a devida discussão. Não é porque foi feito no Executivo que a Casa tem que se isentar, aliás, se tem alguém que tem que fazer essa discussão com amplitude, ouvindo todo segmento, é essa Casa, é o nosso dever essencial que aliás, como dizem aí, somos a voz e aqui é a Casa do povo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Brito Bezerra – Obrigado Deputado Sampaio, primeiro quero parabenizar Vossa Excelência, sempre com assuntos pertinentes usando a tribuna em defesa do nosso povo.

Quero falar um pouco da Lei de Terras. Esta Casa está de parabéns, os Deputados que lutaram, e no último dia 05 de abril, até uma hora da manhã aqui nesta Casa e não deixou votar uma lei capenga, aquela que estava aqui, e que não irai atender sobretudo o setor produtivo desse Estado.

Depois vieram outras leis e a gente discutiu profundamente o relatório desta matéria, Deputado Ionilson Sampaio, está de parabéns sim. Os Deputados todos eles se envolveram, esabem que é um assunto crucial do setor produtivo do nosso Estado e na última sexta feira, foi aprovada

uma lei de terras, que claro poderia haver mais discussão, mas ela atende as demandas do setor produtivo.

É um assunto que já foi bastante e aprovado nesta Casa uma Lei de Terras que realmente atenda o setor produtivo e os interesses do nosso Estado, não os interesses políticos, mas do Estado como um todo.

O Zoneamento Econômico Ecológico, é de suma importância, está nas mãos do relator, Deputado Erci de Moraes um relator que nós confiamos e o povo de Roraima confia, que tem conhecimento na área e que eu acredito que só será aprovada aqui nesta Casa, depois de um profundo debate. Os prefeito de Caroebe, Rorainópolis que aqui estão, Presidente da Câmara do Caroebe, outros vereadores, representando a classe, querem participar desse debate e é justo. Um debate ainda em comissão, para que nós possamos aprovar um Zoneamento Econômico Ecológico, que também respeite a propriedade das pessoas, que não acabe com o município do Baliza, que não destrua o município de Rorainópolis e que o nosso Estado permaneça produtivo. Este debate vai ser aprofundado e estar em boas mãos relatoria do Deputado Erci de Moraes e a presidência da Deputada Aurelina Medeiros, que pode contar com a oposição para gente trabalhar firme e forte, suar nessa lei de zoneamento para que atenda os interesses do nosso estado.

E eu gostaria de fazer um apelo ao Deputado Chicão da Silveira e aos demais Deputados. Deputado, Vossa Excelência preside esta Casa hoje. Vamos colocar o PCCR da área tecnológica para votar. A oposição tem um entendimento para votar hoje. Quantas vezes já vieram aqui. Já foi conversado com o Governador, com relator; bota emenda, tira emenda, mexe, remexe, vira. Eu acho que tem que chegar a um consenso e votar hoje, para que as pessoas tenham legítimos interesses respeitados. Obrigado Deputado Sampaio.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua. - Obrigado, Deputado Brito pelo seu aparte. Concedo um aparte ao Deputado Gabriel Picanço.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Obrigado, Deputado Sampaio. Quero também me juntar ao vosso pronunciamento e parabeniza-lo pela grande magnitude do Projeto de Zoneamento Ecológico do Estado de Roraima para discussão. Quero parabenizar a base governista em nome do líder do Governo, por ter acatado essa discussão, que é de suma importância. Lá no município de São João do Baliza e São Luiz do Anauá nós estamos sendo crucificado por uma reserva não existente no mapa da União e já existente nos mapas de controle dos Institutos de Grilagem do Estado de Roraima, que é o Instituto Chico Mendes, IBAMA e FUNAI. Esses mapas dos institutos de demarcações ilegais já estão contemplados na reserva dos índios pirititis, que eu nunca tinha visto falar. Então, nós vamos pedir desde já o apoio da sociedade, para que se manifeste e não deixemos aquilo ser aprovado no Zoneamento Econômico-Ecológico e vamos discutir com a sociedade. E, se for preciso, Deputado Sampaio, vamos até as últimas consequências para que a gente livre o povo daquela região de mais uma demarcação injusta do Governo Federal, que as ONGs têm interesse de demarcar. Não vamos deixar São João do Baliza com 20 mil hectares e uma pequena família de índios sejam usados como bode expiatório para mais de 70 mil hectares. Não vamos aceitar nunca, enquanto Parlamentar.

Quero, também, me juntar ao aparte do Deputado Brito Bezerra, pedindo ao Deputado Chicão, como Presidente desta Casa, para que possamos resolver logo o problema dos técnicos que estão reivindicando aqui há vários meses os seus direitos de ter o seu PCCR votado e aprovado por este Poder. Então, é um pedido que faço a Vossa Excelência para possamos adiantar nas discussões e votar também a LDO com a máxima urgência. Obrigado e bom dia.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua – Obrigado Deputado Gabriel pelo aparte. Quero informar aos servidores que o Projeto de Lei nº 036 está na Ordem do Dia, vai ser votada hoje, a menos que seja mudada a Ordem do Dia. Mas há uma vontade manifestada pela Mesa Diretora, que incluiu na Ordem do Dia o Projeto desses servidores que se encontram presentes nesta Casa. Já temos quórum suficiente de Deputados e temos como votar.

Então, Senhoras e Senhores, a nossa ideia é simplesmente resguardar essas pessoas que estão aqui acompanhando a discussão do zoneamento. Que eles terão oportunidade sim de fazer suas sugestões e contribuir. Essa é a nossa preocupação. Esse é o dever desta Casa. E acredito muito que a Presidente Aurelina que já tem um acordo, como também o Deputado Erci, que será o relator, farão essa discussão envolvendo toda a sociedade roraimense. Não só Baliza, que é um caso mais grave, mas temos Amajari, o parque Viruá, Rorainópolis. Ou seja, é todo o Estado, mesmo sabendo da importância que é o zoneamento até para fazer uso da emenda feita pela Senadora Angela Portela no Código Florestal, de reduzir a reserva para 20%, só aí vamos ter um acréscimo

de 150 na área produtiva de Roraima, mas temos que olhar para essas pessoas que estão nessas áreas de pretensão de ampliação de novos parques e novas FLONAS, esses Municípios tem que ter uma atenção especial desta Casa. Então, fico o meu pedido, e o meu compromisso, o acordo que está sendo colocado hoje, é que não será votada em Sessão Extraordinária, e nem no dia de hoje e sim, será criado uma Comissão Especial formada pela Deputada Aurelina, Erci de Moraes, Messias, Soldado Sampaio, Brito Bezerra e Zé Reinaldo, nesta Comissão serão feitas as devidas discussões para ouvir a sociedade e trazer o quanto antes uma proposta e aprovação da ZE. Fica o meu registro até por já conhecer um pouco... O Executivo chama a Base Governista, e as vezes já votaram muitos projetos, até quebrando acordo que foram feitos entre as bancadas de oposição e situação. Então, fiz questão de vir a tribuna para deixar claro as pessoas que estão presentes para saberem o que está sendo acordado. Muito obrigado!

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** uso a tribuna primeiramente, eu vi no jornal uma nota de repúdio a Assembleia Legislativa pela forma como conduziu a análise de terras. Quero dizer que a lei de terras se encontra nesta Casa há praticamente um ano, ela foi retirada várias vezes daqui, desde o Governo do Anchieta, o Governo do Chico para que ela fosse discutida com movimentos sociais para que ela fosse discutida com as classes produtivas, nós mesmos reunimos aqui nesta Casa, se não foram mais de 10 vez ... e acatamos tudo o que foi trazido pelos movimentos sociais, todos lembram que na mudança de Governo, nós tivemos inclusive tumultos nesta Casa, pelos movimentos sociais que não queriam que a gente votasse a lei de terras, a partir daí, várias audiências foram feitas, até com a associação com donas de casa... mas o grande problema é que politizaram, fizeram da lei de terras uma ação política, querendo negociar não sei o que! Se é voto! Mas uma coisa é certa, querendo denegrir a imagem da Assembleia Legislativa, não existia e nem se faz leis no Brasil nem no Estado de Roraima para atender a interesses particulares. A lei de terras... primeiros se criou um imbróglio dizendo que nós estávamos fazendo um lei para proteger criminoso, seria ingenuidade desta Casa que faz leis, acreditar que pudesse fazer uma pessoa sair da cadeia ou deixar de ir. A gente não tem poder para isso, poder de Deputado é limitado pelas Constituições Federal e Estadual, nenhum artigo que se colocasse nessa lei para proteger alguém que errou evitaria que respondesse judicialmente pelos seus atos. Depois foi colocado aqui que essa lei iria definir onde é que o fulano ia ter um pedaço de terra e o ciclano iria ter outra e mentira de quem diz a Lei de Terras não define isso, pois é uma lei normativa para regularização fundiária. Eu acho que muitos que falam assim, sequer se deram o trabalho de ler o que é a Lei de Terras. Segundo, eu estou aqui nesta Casa todo dia e na última Sessão que houve para analisar o relatório que foi aprovado pela Comissão composta pela maioria dos Deputados da Casa, se pediu ainda e isso está gravado. Eu não participei de nenhum acordo para votar nenhum dia, era para votar no dia em que estivesse em pauta. Está grava a reunião que houve lá em cima, onde foi pedido apenas que a UNIRR pela vigésima vez apresentasse uma emenda e foi apresentada uma emenda que já constava na lei. Então, se houve acordo descumprido não foi feito com a presidência da Casa, que estávamos aqui eu, respondo mim, se foi pelo Presidente Chico Guerra ele não passou para os Deputados. Então, muitas vezes, estão se criando situações dentro da própria Casa para torná-la cada vez mais vulnerável como se ele pudesse fazer aqui, aquilo que a própria lei maior que é a Constituição condena. No outro dia, dizer que a FETAG não participou da discussão da Lei de Terras é mentira, Deputado Sampaio, Vossa Excelência sabe disso, o que cansa é esse cavalo de batalha para ver quem aparece como salvador da Pátria. E não é assim como a gente trabalha, estamos aqui porque temos uma responsabilidade maior o Estado. No outro dia, esta Casa respondendo com nota de repúdio como se estivesse enganado alguém e Vossa Excelência sabe, eu pelo menos participei de audiência pública com Vossa Excelência na Secretaria de Segurança Pública, depois voltou para a PROGE, depois para o ITERAIMA com o Dr. Haroldo, todos tiveram oportunidade de analisar e apresentar emendas e foram acolhidas aquelas que a lei permitiu acolher. Está aqui o Deputado Ionilson que tem quase um ano que eu brigo com ele, que rola, desmancha lei, faz lei de novo e agora vem nota de repúdio, porque acham que aqui é casa de mãe Joana, que podemos fazer a lei que queremos e bem que eu gostaria e que queria estender essas palavras aos meus amigos que estão aqui, queria poder fazer uma lei onde todos os servidores da 392 tivessem um Plano de Cargos e Carreiras aprovado com salário melhor e essa não é uma lei mentirosa não. Esse é o discurso que prego junto ao governo atual e passado para fazer jus a uma política de cargos e servidores correta. Eu tenho responsabilidade, pois tenho vinte anos de política e não vou fazer

o que eu não posso, o que eu não deve. E estou dizendo isso, porque tem aparecido nas redes sociais que eu estou apresentando emendas a esse projeto dos técnicos que aqui estão, aumentando, dificultando ou diminuindo. Nunca apresentei nenhuma emenda acrescentando ninguém, até porque eu sempre entendi que isso é uma luta de uma categoria que já está há mais de um ano. Entendo, como entendi quando foi para incluir em outras leis os estatísticos, os economistas que já passou por aqui e aprovamos. E nunca fomos contra, mas o mandato político é uma coisa de responsabilidade porque não é meu. Eu não estou aqui com o meu voto, estou aqui para representar um povo. Eu posso até não fazer o que todo mundo quer, mas quando eu não faço é porque não posso. É porque não estou aqui para enganar.

Gostaria de falar um pouco sobre o Zoneamento, cheguei aqui hoje e me deparei com uma correria porque o Zoneamento seria aprovado, hoje ou amanhã. Não é porque somos de uma classe política que temos que fazer o que todos querem e nem a gente tem governo que impõe para engolirmos de goela abaixo aquilo que os Deputados não querem. Quando engolem é porque querem, porque entenderam que deveriam engolir. E não existia nenhuma movimentação até porque o deputado Chico Guerra não está aqui, já havia sido definido antes uma Comissão Especial da qual o Deputado Mecias queria ser relator, o Deputado Erci reivindicou, queria ser presidente porque havia aberto mão da Comissão de Terras, porque o Deputado Ionilson estava envolvido. Para que se abrisse uma ampla discussão sobre o Zoneamento e eu quero dizer que não existe negociação para votar hoje, nem amanhã o zoneamento. Isso faz com que prefeitos do sul do Estado, produtores, nós participamos das audiências públicas nessas regiões, não é em vão que eu tenho 36 anos de serviço público dentro do setor agrícola. Não é em vão que nós tivemos uma luta de mais de 10 anos para transferir terras e evitar que fosse destinadas de outra forma que não fosse para a agricultura, não vai ser agora, que nós vamos deixar prejudicar ainda mais o nosso Estado com projeto que possa não corresponder os anseios dos municípios e das comunidades e do povo do Estado de Roraima. Então, está sendo criada uma comissão especial dar oportunidade de termos mais mobilidade para discutir, para reunir e fazer as audiências públicas. Então, eu queria tranquilizar as pessoas do sul do estado que estão aqui, porque diferentemente da lei de terras que ficou quase um ano aqui, o zoneamento é mais recente. Nós ainda estamos criando a comissão para que possamos discutir e com certeza como aconteceu com a Lei de Terras os produtores, os municípios, os roraimenses não vão ficar à parte dessa discussão. Muito obrigada.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Não havendo mais oradores inscritos, passamos para a Ordem do Dia: Discussão e votação em turno único de Mensagem Governamental de Veto nº 045/14, veto parcial ao Projeto de Lei nº 017/14, que “Institui a semana de promoção e prevenção em saúde do trabalhador e o Dia Estadual em Memória às Vítimas de Acidentes e Agravos relacionados ao trabalho”, de autoria Governamental. Mensagem Governamental de Veto nº 047/14, veto total ao Projeto de Lei nº 024/14, que “Institui o Programa de Regionalização da Merenda Escolar (PREME) no Estado de Roraima, e dá outras providências”, de autoria Governamental. Projeto de Lei nº 036/14, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações - PCCR dos servidores das áreas de Infraestrutura, Agronomia e Veterinária da Administração Direta do Estado de Roraima e dá outras providências, de autoria governamental. Projeto de Decreto Legislativo nº 009/14, que aprova o nome do Sr. Haroldo Eurico Amoras dos Santos, indicado para exercer o Cargo de Presidente do Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima – ITERAIMA, nos termos do ART. nº 33 incisos XVIII e XXXI da Constituição do Estado, de autoria Governamental. Projeto de Lei nº 026/14, que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015 e dá outras providências”, de autoria Governamental. Discussão e Votação em Segundo Turno de Proposta de Emenda à Constituição nº 008/2013 que “Acréscimo o art. 27-A e §§ 1º e 2º ao texto da Constituição do Estado de Roraima”, (carga horária de trabalho ao acompanhante de pessoas com necessidades especiais, ou idoso), de autoria do Deputado Chico Guerra e vários Deputados.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que as comissões em conjunto possam emitir parecer às referidas matérias.

Reaberta a Sessão

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Solicito aos Senhores Deputados que tomem assento ao plenário.

Solicito ao senhor Primeiro Secretário que faça a verificação de quórum regimental.

O Senhor Primeiro Secretário (**Ionilson Sampaio**) – Senhor Presidente, não há quórum regimental.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Não havendo quórum

regimental para deliberar as matérias constantes da pauta, ficam as mesmas transferidas para a pauta da ordem do Dia da próxima Sessão.

Passamos para o expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Zé Reinaldo** – Senhor Presidente, quero somente fazer um comunicado a todas as categorias, as emendas se não forem analisadas o projeto era vetado porque é preciso que se faça a análise do impacto financeiro. Eu não tenho como de forma nenhum ser irresponsável com essas categorias. O governo não tem como de forma alguma colocar algo para votar que ele não tenha feito um estudo com relação às últimas emendas que chegaram. Então, é essa a minha posição.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, não sei nem fazer uma avaliação aqui do cenário que estamos vivendo. Primeiro quero registrar que a bancada de oposição está aqui desde de manhã e temos estado em todas as Sessões pronto para votar a LDO e as outras matérias de grandes relevâncias, algo que não acontece na base governista, nós acordamos pela manhã em votar a gora a tarde a LDO, votar os vetos e outras matérias. Segundo Senhor Presidente, mais uma vez nessa Casa, nós presenciamos a falta de compromisso do governo do Estado para com o servidor público, eu olhei agora e vi servidores por pouca se agredindo um com outro, e nem um lado e nem outro tem culpa, o culpado é o governo do Estado por não ter uma política planejada e coordenada desde do primeiro mês do governo de José de Anchieta e está se repetindo com o governador Chico Rodrigues, não senta e não conversa com as categorias, e cria-se um discurso que não tem dinheiro. Dinheiro tem! Recentemente o Deputado Brito trouxe para tribuna, o governo do estado abriu mão de 30 milhões para uma empresa de ICMS, trinta milhões que daria para atender com certeza essas pessoas que estão aqui e outras, o que está faltando nesse estado é compromisso com a coisa pública, e o que se ver aqui é isso, e os dois tem razão, e o governo se nega a conversar, vejo a própria base governista não se entender, o Deputado Chicão com toda legitimidade tem sim direito de apresentar emendas para contemplar. O que cabe essa Casa e a base governista é ir junto ao governo Chico Rodrigues, e dizer que dá para atender, porque atendemos aqui os procuradores, delegados, defensores públicos, e aqui nós temos a seguinte opção, ou prejudica um lado ou prejudica o outro, ou fica os dois sem nada. Não é por aí, o caminho não é esse, o caminho é fazer o esforço e mostrar que tem recursos suficiente, essa historia que o estado está quebrado é balela, quem falou foi o próprio Deputado da base governista por várias vezes, o que houve foi má gestão, foi endividar o Estado nós sabemos como se encontra, mas todo impacto que estamos fazendo aqui é para 2015. Peço a base governista e Mesa Diretora que busque um consenso, essas pessoas que estão aqui não são inimigos, não tem que ficar brigando, meus caros servidores público que estão aqui, cabe aos senhores tomarem um posicionamento, se querem o Estado de Roraima dessa forma que está sendo governado, está o grupo político afundando e endividando nosso estado, se querem mudança temos mais de cinco opções, não podemos vivenciar o estado falido, servidores públicos sendo desvalorizado, brigando, fazendo greve, o governo das greves é o que passou, da polícia militar, polícia civil, professores, educação, todos fizeram greve, o ultimo foi o judiciário. Então senhoras e senhores, é ora de fazer reflexão o que queremos para Roraima. E mais uma vez apelo ao líder do governo que procure contemplar as emendas do Deputado Chicão e busque entendimento para votarmos o projeto. Obrigada.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – Senhor Presidente, quero me juntar as palavras do Deputado Soldado Sampaio, as categorias não pode ficar se digladiando, Vossa Excelência pode pedir ao líder do governo para tomar entendimentos urgente junto ao gabinete civil para que esse problema seja resolvido, não podemos ficar o dia todo para votar e chegar no final do dia não tem quórum, é ruim para o parlamento e ruim para nós, há vários meses estamos deixando de votar matérias importantes por falta de quórum, quero pedir ao Presidente Chico Guerra para chamar os Deputados, faça uma reunião com eles para que a gente possa deliberar as matérias importantes desse parlamento.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Senhor Presidente, as minhas posições eu costumo fazer sempre dentro do bom senso, quero dizer aos servidores que estão aqui presente, parte do discurso do Deputado Soldado Sampaio eu tenho que concordar. A política de pessoal do Governo do Estado é um equívoco e não é só a partir desse Governo do Chico Rodrigues. Ela é um equívoco de muito tempo. Chegamos a discutir essas questões aqui várias vezes na Tribuna. A minha posição sempre foi essa. O Governo nunca teve uma política de pessoal definida para os seus servidores e isso tem trazido um desgaste imenso, meus caros colegas. Tem trazido um verdadeiro embate, inclusive, a divisão de classes como nós estamos vendo hoje. Classes que exercem funções assemelhadas, servidores de nível superior e que acabam fazendo com que vocês de

dividam enfraquecendo o movimento de vocês mesmos. É um equívoco do próprio Governo do Estado quando lida com essa questão de forma inábil. Os tecnólogos, os engenheiros, estão com a razão, como estão com a razão também os outros servidores que estão fora de um plano de cargos e carreiras. Então, acredito que há, como os efeitos financeiros só virão a partir de 2015, há espaço ainda para que isso seja resolvido junto ao Poder Executivo. Se vocês quiserem, se as outras categorias quiserem, me coloco a disposição para que a gente continue negociando. Agora, se vocês não quiserem, se vocês não se dispuserem a isso, paciência, eu vou ficar na minha posição, mas eu defendo a idéia de que um diálogo possa ser construído. É bem verdade que o Poder executivo mandou o Projeto de Lei definindo a situação da categoria de vocês, agora, se surgiu emendas parlamentares, qual é o problema de se discutir novamente essa questão junto ao Poder executivo. Não vejo razão de não se avançar isso. Senhor Presidente, acho que Vossa Excelência possa ficar a frente dessa questão para nós negociarmos essa questão para nós negociarmos. Obrigado.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**)- Eu queria dizer a vocês que o Pedido de Vistas é um instrumento legal e que a Mesa é obrigada a aceitar. Nós vamos conversar com o Relator da matéria, com o Governador. Agora, eu gostaria que vocês se entendessem também. Precisamos construir isso, pois sabemos a estrada que vocês andaram para chegar aqui. Sabemos que vocês correram riscos, fizeram greve, agora vamos construir algo.

Não havendo quórum regimental para a deliberação das matérias, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

Não havendo nenhum Deputado que deseje fazer uso da palavra no Expediente de Explicações Pessoais e não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão e convoco outra para o dia 16 de julho, à hora regimental.

Registraram presença na Sessão, os Senhores Deputados: **Angela Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Jânio Xingú, Joaquin Ruiz, Marcelo Cabral, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Soldado Sampaio e Zé Reinaldo.**

Ata Sucinta Aprovada em: 17/07/2014

ATAS COMISSÕES

ATA DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA POR MEIO DA RESOLUÇÃO Nº. 024/14, REALIZADA EM 18 JUNHO DE 2014.

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, às dez horas e trinta e cinco minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se a Comissão Especial Externa, criada por meio da Resolução nº 024/14, destinada para, nos termos dos arts. 269 e 271 do Regimento Interno, analisar e dar parecer ao Projeto de Lei nº 035/2014, de autoria do Ministério Público Estadual, que “altera dispositivos e anexos da Lei nº 153, de 1º de outubro de 1996, e suas alterações e dá outras providências”, composta pelos Senhores Parlamentares: Aurelina Medeiros, Jalser Renier, Marcelo Cabral, Naldo da Loteria e Zé Reinaldo. Ausente o Senhor Deputado Naldo da Loteria. Assumiu a Presidência dos trabalhos a Senhora Deputada Aurelina Medeiros, nos termos do Regimento Interno desta Casa Legislativa. Abertura: Havendo quórum regimental, a Senhora Presidente em exercício declarou abertos os trabalhos e prosseguindo, anunciou, conforme acordo de lideranças, os nomes dos candidatos aos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator. Iniciado o processo de votação e feita a chamada, votaram os Senhores Deputados: Aurelina Medeiros, Jalser Renier, Marcelo Cabral e Zé Reinaldo. Encerrado o processo de votação, a Senhora Presidente proclamou o resultado, declarando eleitos e empossados, para Presidente, a Senhora Deputada Aurelina Medeiros; para Vice-Presidente, o Senhor Deputado Zé Reinaldo e, para Relator, o Senhor Deputado Marcelo Cabral. Estando com a palavra, a Senhora Presidente agradeceu a todos pela votação, e informou que a Comissão será convocada no tempo oportuno e os Senhores Deputados serão comunicados. Encerramento: às Dez horas e quarenta e cinco minutos, nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerrou a reunião, e, para constar, eu, Francisco Martinho Torres, Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e encaminhada à publicação.

Aurelina Medeiros
Presidente da Comissão
 Aprovada em: 08/07/2014

O Poder **Legislativo**
 trabalhando para **você**

81
LEIS SANCIONADAS
EM 2013